

COMISSÃO B

MEIOS E TÉCNICAS DA CULTURA POPULAR

Presidente: Roberto Freire SNT

Relator: Antônio Carlos Fontoura CPC/UNE

1. Nos terrenos dos meios e técnicas de cultura popular, tudo está por fazer.

O que se tem até agora são experiências pioneiras num processo ainda de formação de quadros, de aglutinação de intelectualidade, de contatos piloto com os grupos sociais. Não seria cabível, por isso, determo-nos longamente em considerações de ordem geral sobre sua conceituação e teoria, que deverão ser extraídas forçosamente a partir da prática.

Neste sentido serão colocados apenas alguns conceitos básicos de arte popular essenciais à sua caracterização e formulação.

Arte popular não é uma concessão da intelectualidade, que, simpática aos ideais populares, se coloca em sua defesa.

Arte popular é uma pressão e conquista do próprio povo que, através de suas lutas, no processo político brasileiro, encetou condições para ver representadas suas necessidades e aspirações.

O artista não sacrifica sua capacidade criadora à arte popular. Pelo contrário, nele ganha maior dimensão. O artista, como qualquer homem, está inserido na realidade e assume posições, compromissos, em relação a ela. O artista popular assume a posição do povo e com ela se compromete. A realidade, e não conceitos abstratos, por mais válidos que possam ser, é a única fonte do artista popular. Mas não basta que uma obra de arte fotografe a realidade e lhe constate as contradições. O artista popular tem que assumir uma posição crítica em relação a esta realidade e, em conseqüência, expressa-la criticamente.

É preciso considerar-se que a sociedade brasileira está dividida em classes e camadas, com níveis de culturalização bem distintos e que a arte popular não pode ser uniformizada em relação a nenhum desses níveis. Ela deve estar voltada para os diferentes graus de consciência, solicitações e necessidades de cada faixa social do povo brasileiro, levando-se em conta que povo, hoje, no Brasil, é todo grupo social empenhado objetivamente na libertação de nossas forças produtivas.

Neste sentido, e como está em processo de formação, arte popular deve ser livre e abertas às múltiplas formas estéticas. São igualmente válidas a utilização de formas já existentes de comprovada comunicação popular, bem como de novas formas que enriquecem e aprofundem esta comunicação.

O que importa é que o artista popular esteja voltado para o povo e que, assumindo sua perspectiva, contribua para sua libertação.

2. Teatro

Distinguiram-se dois tipos básicos de ação teatral: teatro para os grupos sociais e teatro com os grupos sociais. O teatro para os grupos sociais deve estar voltado para as diferentes faixas econômicas em diversos níveis de consciência. Através do teatro com os grupos sociais, o integrante dos movimentos de cultura popular age na massa, propiciando condições para que o próprio grupo social assuma uma posição criadora.

a) Teatro para os Grupos Sociais

a.1) Meio Operário

Os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Estado do Rio, Pará e Pernambuco apresentaram boas experiências teatrais nesse setor, ao lado de outros Estados que apenas se iniciam.

A característica dominante neste trabalho tem sido a utilização do teatro circunstancial, como meio de penetração que possibilitará o aparecimento do teatro verdadeiramente popular e revolucionário. Agitação e colocação de problemas imediatos das lutas populares.

O CPC do Paraná apresentou uma interessantíssima contribuição com o seu teatro de fantoches como meio de atração e de conscientização.

a.2) Meio Rural

A preocupação de fazer teatro para o meio rural existe quase em todos os movimentos, porém as realizações nesse sentido desenvolvidas principalmente por Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Sul, alguns núcleos do interior de São Paulo e Bahia.

Todavia, aqui o trabalho ainda é bastante precário em relação ao desenvolvimento no meio operário, dadas as condições objetivas que determinam diferenças de grau de culturalização entre os dois meios.

O MEP do Recife no meio rural realiza um trabalho para o povo feito a partir de uma pesquisa inicial para levantamento de dados para a encenação da peça "Julgamento em Novo Sol".

Esta seqüência de trabalho determina uma interação maior de palco e platéia permitindo que o camponês se visualize e assuma posições críticas frente a sua própria realidade.

É válida e original a forma pela qual o MEB de Sergipe tem desenvolvido o seu trabalho no meio rural. Para tal, realiza caravanas rurais para a coleta de produção artística autenticamente populares, tais como cantadores de viola, literatura de cordel, ritmos populares, etc., para depois produzir seus textos baseando-se nestes elementos. Além disso, o espetáculo é montado também com a participação dos artistas populares. Observa-se que no campo de linguagem há uma grande preocupação em se atingir o nível popular, a fim de alcançar maior comunicação.

a.3) Meio Estudantil

As grandes maiorias dos movimentos de Cultura Popular se organizam inicialmente no meio estudantil e para ele, tanto no âmbito universitário como no secundarista.

Observa-se, no entanto, uma tentativa de ampliação de sua faixa de ação para outros grupos sociais, tentando alcançar maior profundidade em sua atua-

ção. Esta tendência é generalizada e é mesmo julgada importante para um maior desenvolvimento dos trabalhos de Cultura Popular.

A maioria dos movimentos no meio estudantil tomou corpo depois da ação catalizadora da UNE-VOLANTE, nos estados, o que levou a uma uniformização desses movimentos, às vezes em detrimento dos aspectos da realidade local.

b) Teatro com os Grupos Sociais

A preocupação unânime de todos os movimentos de cultura popular parece ser a de reformular sua atuação no sentido de transformá-la em trabalho efetivo com os grupos sociais. Todavia, somente apresentaram relatórios objetivos sobre esse item, os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e alguns núcleos do interior de São Paulo que utilizam elementos do meio rural e operário em colaboração.

Salientamos, nesse particular, ainda, a experiência do MEB de Sergipe também é realizada com grupos sociais.

c) Teatro e Alfabetização

Tomou-se relevante a necessidade de uma ação conjunta entre os trabalhos de teatro e alfabetização, pois o segundo pode ser complementado com vantagens pela visão global e desalienadora do teatro.

Há interessante experiência do MCP do Recife encenando esquetes motivadores a partir de situações ligadas ao analfabetismo.

É ponto pacífico entre os movimentos de cultura popular que a alfabetização não pode estar desligada da conscientização, e neste sentido o teatro pode surgir como complementação do trabalho de conscientização do alfabetizado.

d) Como perspectiva de uma maior unificação e entrosamento aos setores teatrais dos diversos movimentos de cultura popular, há a proposta de trabalho em conjunto que o SNT fez aos diversos movimentos. Através de seu curso de monitores, o SNT formará ativistas de teatro popular dotados do instrumental mínimo para uma efetiva comunicação teatral.

O SNT encaminhará, também, o fornecimento de palcos volantes as diversas organizações de cultura popular. Abre-se também, a partir da construção do teatro do CPC - UNE, a perspectiva de trabalho em outro nível no teatro popular. Tal

teatro pretende partir do que já está ganho e solidificá-lo na dramaturgia brasileira e aprofundar estas conquistas no sentido de um nível superior de comunicação, na medida em que levante os problemas essenciais da libertação de nosso povo.

Este teatro abrirá riquíssima perspectiva de um trabalho de conquista dos intelectuais para o trabalho de cultura popular, enquanto lhe dota de um instrumento de comunicação com o povo. Este teatro será dirigido à pequena burguesia, aos estudantes, aos intelectuais e às vanguardas do proletariado.

CINEMA

Antes de analisar as perspectivas e possibilidades concretas dos movimentos de cultura popular neste setor, é preciso falar nos problemas econômicos gerais do cinema nacional. Isso porque, se não forem eles resolvidos em tempo, nosso cinema, popular ou não, terá poucas probabilidades de sobreviver e consolidar-se como indústria.

Faremos considerações essencialmente práticas, porque a partir delas, se poderá ter uma visão clara de como encaramos a questão de cinema popular. Este existirá na medida em que se comunicar com as mais amplas camadas do povo, levando-o a conscientizar-se. Cinema e realidade devem se interpenetrar, um agindo sobre o outro e se modificando reciprocamente.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CINEMA BRASILEIRO

O cinema nacional atravessa uma fase de progresso irreversível. Nestes dois últimos anos, uma série de filmes importantes foi produzida, aparentemente estariam criadas as condições para a afirmação de um cinema autenticamente nacional e economicamente emancipado. Se na realidade já demos os primeiros passos para nos libertarmos do colonialismo cultural, por outro lado, a estrutura econômica da indústria cinematográfica está totalmente submetida ao controle do imperialismo e as deficientes estruturas inerentes ao nosso subdesenvolvimento. Temos um mercado potencialmente rico, num país de mais de setenta milhões de habitantes, mas esse mercado só nominalmente é nacional. De fato, está a mercê dos distribuidores e exibidores de filmes, todos eles mais ou menos vinculados aos produtores estrangeiros.

O filme estrangeiro, importado em quantidades maciças, entra em nosso mercado livremente, sem pagar taxa alguma, e vem concorrer com o produto nacional em condições extremamente vantajosas. Toda a legislação no país é feita para atender aos interesses dos importadores de filme. O produtor brasileiro é espoliado em todo o processo de fabricação do produto, desde quando adquire o filme virgem (este sim, pagando direitos alfandegários), até quando o filme acabado é entregue ao consumidor. Exemplificando: o exibidor não paga ao produtor nacional a percentagem sobre a renda que é determinada por lei; não obedece à obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais, também estabelecida por lei; a sonegação de rendas por outros meios também é um fato habitual que diminui ainda mais a rentabilidade do filme.

Em decorrência da situação calamitosa do mercado de exibição, não existe, como não poderia deixar de ser, um mercado de capitais suficiente para alimentar a indústria.

Há uma série de medidas de ordem legislativa ou executiva que poderiam criar condições para que, corrigidas tais distorções, se assegurasse o desenvolvimento da indústria. As principais reivindicações dos profissionais de cinema, muitas delas já encaminhadas pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, se consubstanciam na restrição do ingresso único oficial, que evitaria a sonegação de rendas; fiscalização real, através do Serviço de Censura, a fim de obrigar os exibidores a pagar a porcentagem da renda a que tem direito os produtores; luta por um decreto que obrigue a exibição de filme nacional, na proporção de um para quatro em relação ao estrangeiro, ao invés de um para oito, como determina o Decreto em vigor, que de resto não é respeitado; extinção das censuras estaduais para não dificultar o trabalho de fiscalização; exibição compulsória de curta-metragens que não tenham direta ou indiretamente caráter publicitário, através da Agência Nacional; criação de um fundo de financiamento específico, sem exigência de garantia real, junto à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; instituição do adicional sobre ingressos de cinema em todas as principais capitais do Brasil, em benefício dos produtores de cinema; criação do Instituto Nacional do Cinema.

Todos os que militam na frente da cultura popular devem integrar-se na luta pela emancipação econômica e cultural do cinema brasileiro. Trata-se de criar uma consciência nacional

quanto ao fato de que cinema é problema de soberania, porque, como indústria pode ser uma fonte de divisas para o país, e como arte é o instrumento mais eficaz de conscientização do povo.

Para atuar nesse sentido, os movimentos de cultura popular, através de seus setores de cinema, estreitarão relações com as entidades diretamente interessadas na solução do problema.

A PRODUÇÃO NUMA ENTIDADE DE CULTURA POPULAR

Apesar de corresponder a um dos objetivos fixados por vários movimentos, quase nada se pôde fazer até agora no setor da produção de filmes. Algumas experiências foram iniciadas, mas não puderam ser levadas a termo, devido principalmente a dificuldades financeiras e à inexistência de projetos específicos, segundo uma planificação realista.

O Centro Popular de Cultura da UNE realizou uma experiência pioneira com o filme de longa metragem "Cinco Vezes Favela". Dos erros e acertos dessa primeira tentativa podemos tirar algumas conclusões. Evidenciou-se, por exemplo, a necessidade de trabalhar em regime profissional, sem com isso se sacrificar a tarefa urgente de formar novos quadros. É preciso não esquecer o perigo de subdimensionar o orçamento, pois todo filme destinado aos circuitos comerciais necessita de bom nível de acabamento para poder competir no mercado. Ideologicamente, o perigo é a mitificação da vida concreta, que só a adequada relação entre consciência e a realidade pode eliminar. A discussão ampla do argumento, antes da realização do filme, e um trabalho de equipe verdadeiramente coletivo, são fatores que ajudam a sanar esse defeito.

O melhor resultado que o filme obteve foi a formação de quadros técnicos-artísticos e a consciência que fez nascer ou reforçou, mesmo entre aqueles que não lhe atribuíram maior qualidade específica, da necessidade urgente de um cinema engajado no exame da problemática social de nosso povo.

O MCP de Pernambuco e o CPC da UNE preparam agora uma co-produção, também de longa metragem, sobre o problema agrário. O nome do filme é "Cabra marcado para morrer" e terá como tema o problema agrário. A colaboração entre as duas entidades mostra o caminho a seguir pelos movimentos de cultura popular, particularmente no que se refere à produção de filmes: repartindo o custo da produção, diminuem o risco financeiro para cada um, e usando os quadros das duas organizações, permitem o aceleração do processo de formação de elementos especializados.

Quanto aos filmes de curta-metragem, sabemos que eles não são economicamente rentáveis; a única possibilidade para os movimentos que tenham quadros e organização para empreendê-los é a de estabelecer convênios ou acordos de produção com órgãos públicos, sindicatos, associações populares, etc.

Há outra atividade igualmente importante: a de produzir filmes de 16mm, destinados à exibição em sindicatos urbanos e rurais, associações de bairro, entidades estudantis. Na situação atual, não poderiam os movimentos de cultura popular, em sua maioria, arcar com o ônus de realizar esses filmes. Seria necessário que a produção fosse financiada no todo ou em parte, pelas organizações às quais os filmes se destinassem. Os temas tratados seriam escolhidos de acordo com os interesses diretos dos membros dessas organizações, como por exemplo, a sindicalização, reforma agrária, direito de greve. A primeira experiência no gênero foi feita pelo Sindicato de Construção Civil de São Paulo, juntamente com o CPC local, que produziram um curta-metragem com o fim de estimular a sindicalização entre os operários da categoria. Entretanto, o filme não pode ser concluído, em virtude de problemas financeiros e deficiências de organização e planejamento. Apesar disso, os preparativos da filmagem e a rodagem contribuíram, de certo modo, para a união dos trabalhadores de construção civil em torno do sindicato. Pode-se imaginar o papel que ele poderia ter desempenhado se pudesse ter sido concluído e difundido para outros sindicatos do país.

A longo prazo, é indispensável conseguir uma articulação nacional dos movimentos de todo o Brasil, no sentido de criar uma rede de distribuição de tais filmes e de fornecer equipamento e técnicos às entidades de menores possibilidades financeiras ou sem experiência no setor.

Não é necessário frisar a grande importância política dessa linha de produção, com filmes financiados pelo povo organizado, estudando e explicando problemas do povo, com a perspectiva do povo, e chegando a ele sem sofrer a interferência dos distribuidores e exibidores, que tudo fazem para amarrar o cinema comercial no papel de agente deformador da consciência do público.

DIFUSÃO

O setor da difusão é aquele onde há maiores possibilidades de iniciar um trabalho de cinema nos movimentos de cultura popular. Não exigindo alto nível de organização e grandes recursos financeiros, proporciona um contato direto com o povo através de projeções regulares seguidas de debates. Também aí, deve-se trabalhar junto às associações populares, particularmente sindicatos. O tipo de filme a ser exibido e o caráter dos debates dependem das condições concretas de cada lugar, e só no processo de desenvolvimento do trabalho se poderá tirar diretrizes sobre o modo exato de atuar. Mas é preciso, antes de começar as atividades, conhecer e respeitar o nível e os interesses dos membros da organização onde se vai trabalhar. Todo o debate deve ter como objetivo mostrar as conexões entre arte e vida social, e procurar ligar as discussões ao cotidiano de cada espectador, despertando seu interesse e dotando-o de uma consciência crítica.

Esse trabalho de difusão, que já tem por si grande alcance político e cultural, pode ser o primeiro passo para interessar as entidades populares a produzir filmes em 16mm, do gênero dos citados no item anterior.

Em virtude da escassa disponibilidade de filmes para esse gênero de projeções, é necessária uma ligação estreita dos movimentos entre si e com as federações de cine clubes, a Cinemateca Brasileira e o Instituto Nacional de Cinema Educativo.

SUGESTÕES ÀS ENTIDADES DE CULTURA POPULAR

1. Criar condições para integrar o cinema como setor vital dentro das entidades, sendo o cinema um dos mais poderosos instrumentos de conscientização do povo;

2. Estabelecer uma articulação entre os movimentos, que proporcionará um contato permanente, informando sobre as respectivas atividades e permitindo uma colaboração efetiva, em recursos materiais e humanos;

3. Fazer do setor de difusão, através de projeções, debates e cursos, o núcleo inicial para o desenvolvimento das atividades cinematográficas, uma vez que esse setor está dentro das possibilidades materiais dos movimentos;

4. Dedicar especial atenção à realização de filmes em 16mm, para os sindicatos rurais e urbanos, associações de bairros e demais organizações populares, dividindo os custos de produção;

5. Participar efetivamente na luta pelas reivindicações econômicas e culturais do cinema brasileiro, em ligação estreita com as associações profissionais e culturais representativas.

MÚSICA POPULAR

A música popular tem um papel destacado enquanto veículo de cultura popular, tendo em vista a grande massa que pode ser atingida, a relativa facilidade de comunicação e o grande poder de retenção da mensagem.

Tendo em vista a diversidade econômica, social e cultural em que atuam os movimentos de cultura popular não é possível estabelecer-se um plano comum de trabalho a todas elas. O modo de atuação varia regionalmente e também dentro das diversas camadas sociais.

É necessário que se coloque, ainda que superficialmente, a situação atual da música popular brasileira e seus diversos aspectos.

Por um lado, temos o folclore, na maioria das vezes uma forma musical estática, manifestação de uma estrutura superada ou em processo de superação, como bumba-meu-boi, o xangô, o côco, etc. Há algumas formas folclóricas ainda dinâmicas, como a dos cantadores e a dos violeiros, que conservam esta característica dinâmica na medida em que sejam parte integrante do cotidiano de algumas regiões.

Por outro lado, temos formas musicais dinâmicas em constante processo de transformação e renovação submetidas a um rigoroso choque de culturas, como o samba, e em menor grau, o baião, o frevo, etc.

O samba é sem dúvida, a unidade musical nacional. A expressão mais inovadora do samba é atualmente a chamada bossa-nova, que nasceu da necessidade a pequena burguesia de expressar-se musicalmente na altura de seu nível de culturalização. Influenciada inicialmente pela harmonia do jazz west-coast, e com uma temática lírica desprovida de qualquer conteúdo participante, a bossa nova tem sofrido um rigoroso processo de transformação, e volta à pesquisa das raízes do

samba, à acentuação de suas componentes africanas, a procura de uma temática que expresse os anseios de libertação do povo brasileiro.

Em outra área, temos o samba carioca ou samba de morro, como música comunitária e expressão popular autêntica. A escola de samba, na favela, representa quase que sua única forma de organização, concentrando toda sua vida social. Há também, o samba urbano que enfoca o aspecto cotidiano da vida da cidade, e o samba semi-folclórico, semi-estático, que tem uma grande penetração na massa, pois sendo construído a base de refrões, motiva a participação ativa do público. É o caso do samba de roda, partido-alto, etc.

Devemos salientar ainda a experiência única das canções políticas "Canção do Subdesenvolvimento" e "Aliança para o progresso" de Francisco de Assis e Carlos Lyra, de conteúdo eminentemente politizante e de grande penetração popular.

No trabalho com o samba, conforme experiência do CPC da UNE, é eficaz a aproximação de sambistas de morro ou cidade com os autores mais conseqüentes da bossa nova, visando em enriquecimento dos meios de expressão musical dos primeiros e de reforçamento da pesquisa de raízes dos segundos. Esta troca de experiência possibilitará o desenvolvimento de conteúdos mais conseqüentes por parte dos sambistas.

Nas escolas de samba, o trabalho deverá ser feito inicialmente de modo a afirmá-las enquanto manifestação popular autêntica e reforçá-las enquanto forma de organização. A etapa inicial seria a do trabalho no nível das escolas, ganhando-os pelo trabalho em si. E lentamente, possibilitaríamos a formação de uma visão crítica do nível de alienação em que se encontram para que sua superação se desse a partir de seu próprio esforço.

No folclore, a atuação seria feita, para formas estáticas num caráter exclusivamente promocional, visando apenas a aglutinação e o reforçamento dos grupos, impedindo sua extinção. Para os nossos propósitos isto é pouco significativo, além de se incorrer no perigo de absorção pelo folclorismo. O trabalho mais conseqüente com o folclore seria o de uma pesquisa e levantamento dos aspectos formais que nele ocorrem e de uma reelaboração para novos conteúdos. Como exemplo concreto, temos o bumba-meu-boi de José Carlos Capinam do CPC da Bahia, que mantendo a forma folclórica, narra a vida de um boi desde seu nascimento até a morte num frigorífico americano.

Para as formas não-estáticas de folclore proporcioná-
mos inicialmente a aglutinação, associação e organização dos
cantadores e violeiros, e posteriormente, a instrumentação
necessária para que eles próprios tornassem sua música mais
atuantes e participante.

Em linhas gerais, estas conclusões são baseadas na ex-
periência, ainda incipiente, do CPC da UNE, CPC de Niterói,
CPC de Piracicaba, CCO de Natal, CPC de São Paulo.

ARTES PLÁSTICAS

Para desenvolver as artes plásticas e o artesanato, tor-
na-se indispensável partir das atividades tradicionais do
povo, procurando elevar o seu nível artístico e estimular
suas habilidades para a realização de serviços que possam
contribuir para o atendimento às necessidades da comunidade,
integrando-o no processo geral de desenvolvimento.

Em certas regiões, grande número de famílias se dedica a
uma produção artesanal, que merece a atenção pelo que há de
prático e de objetivo do ponto de vista das possibilidades
de ocupação do povo.

A produção artesanal é, sem dúvida, em toda a área do
polígono das secas, uma atividade tradicional, na qual é uti-
lizada a matéria prima da região elaborada por métodos sim-
ples quase primitivos. A assistência a essa produção precisa
da colaboração dos artistas plásticos, de bons artesãos e de
tecnologistas para incrementá-las, elevando seu nível artís-
tico e diversificando a sua linha de produção. Uma atuação
sistemática possibilitaria a ocupação de pessoas desempre-
gadas e que não estão incluídas na classificação de mão de
obra especializada, além de poder contribuir com êxito para
uma renda complementar.

Na política geral de desenvolvimento, onde é enfatizada
a industrialização, pareceria paradoxal tentar desenvolver as
artes plásticas em estreita vinculação com o artesanato, não
fosse a realidade de certas regiões que, ao industrializar-
se, aumentam violentamente o desnível entre aqueles ocupados
na indústria e aqueles que formam uma grande massa de de-
sempregados e marginais, por falta de conhecimentos especia-
lizados, apesar da inteligência e de uma cultura formada no
humanismo e no sofrimento. Nesse sentido se firma a linha de
ação do projeto de artes plásticas e artesanato e toda a sua
política de cultura popular: mobilizando os artistas plásti-

cos e os artesãos do povo para democratização das atividades artísticas e o incremento às atividades tradicionais, pugnando pela organização dos artesãos em cooperativas. Através da fixação dos elementos democráticos de nossa cultura, as Artes Plásticas podem contribuir na formação da consciência popular, sufragando os elementos da cultura do povo, e preservar a cultura nacional contra a alienação e o cosmopolitismo.

O MCP de Pernambuco tem desenvolvido intensa atividade no campo das artes plásticas e do artesanato a serviço da cultura popular. Concretamente, realiza cursos de desenho, pintura, gravura, cerâmica, fantoches, tapeçaria, tecelagem, etc, promove Feiras de Artesanato e mantém uma Cooperativa de Compra e Venda. Além disso, dá assistência aos artesãos, e realiza experiências tecnológicas para aproveitamento da matéria prima da região. Através da Galeria de Arte do Recife, o MCP divulga e promove os trabalhos dos artistas plásticos e artesãos, mobilizando-os para uma atuação efetiva no campo da cultura popular.

Em todos os movimentos de cultura popular, as artes plásticas tem outro papel importante a desempenhar: a complementação das outras atividades, através da confecção de capas e ilustrações de livros, cartazes, murais, cenários para teatro, etc.

Dada as condições de vinculação das editoras existentes com os interesses econômicos da burguesia, de que decorre seu caráter obviamente alienado e alienante, e que por isso mesmo mantém fechado seus veículos de comunicação a cultura popular autêntica, que visa a conscientização e politização do povo, torna-se necessário que venha preencher a necessidade de:

1. Ensejar a oportunidade de utilização do instrumental recém adquirido pelo alfabetizado.

A experiência do MEB tem demonstrado que alguns elementos recém alfabetizados, dotado de capacidade criadora, podem desenvolver e multiplicar pela linguagem escrita sua possibilidade de comunicação. Por outro lado, coloca-se já e com tendência a um agravamento devido ao aumento da campanha de alfabetização, o problema de atendimento é exigência de material para a leitura por parte dos recém alfabetizados suprimindo-os com textos especialmente preparados e cujos vocábulos seja baseado nos textos de alfabetização.

2. Preservar, valorizar e divulgar as manifestações culturais do povo.

Como por exemplo, o repertório dos cantadores e repentistas e outras manifestações que se perdem e deturpam pela tradição oral.

3. Veículo de integração da intelectualidade no processo de libertação nacional.

Abrir aos intelectuais uma frente de trabalho dentro de sua capacitação profissional, que lhes permita participar desse processo, conforme experiência do CPC da UNE.

É preciso que se considere sempre a vinculação do texto com os interesses reais do grupo humano a que se destina. A par disso, impõe-se a análise do grau de alfabetização, conscientização e nível político desse grupo, para, da conjugação desses elementos, chegar-se a forma de mensagem à transmitir: palavras de ordem, poesia, teatro, novela, etc. E obedecendo aos hábitos locais e possibilidades, estabelecer o tipo de publicação, se livro, folheto ou boletim.

É recomendável uma apresentação gráfica do maior nível estético-funcional, onde a tônica seja a simplicidade evitando assim, o choque de uma publicação luxuosa. Deve ser utilizada o maior número possível de ilustrações, de preferência de artistas populares.

Aliada à conveniência de auto-financiamento das atividades de cultura popular, a experiência demonstrou que a distribuição gratuita não é aconselhável devido ao pouco ou nenhum valor atribuído a material doado. Contudo, deve-se considerar a acessibilidade à aquisição como o fator primordial no estabelecimento do preço da venda.

Nota-se a necessidade de uma rede de distribuição nacional já que as organizações existentes que se dedicam a esse tipo de atividade são dominadas por aqueles grupos econômicos já mencionados, vinculados às classes dominantes e antagônicas por definição à cultura popular. Além disso, nosso interesse primordial volta justamente para os grupos humanos a politizar e habitualmente não atingidos pela distribuição normal.

Para uma melhoria constante das publicações e eventuais modificações de critério imprescindível que se façam pesquisas para verificação de penetração e resultados, o que pressupõe

um trabalho em extensão no local da distribuição, com preenchimentos de formulários destacáveis da publicação, à semelhança do Calendário Popular do CPC de São Paulo, bem como de entrevistas pessoais ou outros tipos de levantamento.

Para melhor entrosamento torna-se de primordial importância, a criação de um boletim de âmbito nacional permitindo o intercâmbio de experiências e idéias que com o correr do tempo, viesse a contribuir para a formulação e conceituação de uma política geral de cultura popular.

A semelhança do boletim que representará a integração nacional das direções, um jornal rural, forma mais popular de jornal, distribuído nacionalmente e constituído de duas partes, uma das quais organizada pela coordenação nacional com bases nas contribuições de todas as entidades e a outra com noticiário a ser preenchido localmente, significará a união nacional da cultura popular em nível de bases.

RÁDIO E TV

Existe um grande paradoxo em relação ao rádio e TV, enquanto instrumentos de comunicação. Embora tenham uma vastíssima penetração popular, raramente são usados no sentido de maior atuação enquanto instrumento do povo. O rádio e a televisão têm resultado na quase totalidade de sua programação, como um dos mais danosos instrumentos de alienação cultural. Sua temática é, geralmente, popularesca e alienante.

Mesmo assim, alguns movimentos de cultura popular já conseguem ter acesso ao rádio, utilizando-o com alto poder de penetração no trabalho de alfabetização.

RÁDIO - O MEB e outros movimentos têm utilizado largamente o rádio através de escolas radiofônicas e programas complementares. Tem se utilizado, neste sentido, as seguintes técnicas radiofônicas: dramatização, debates, música popular, sketches, entrevistas, folclore. Este trabalho é complementado pelos contatos diretos com o povo, reunião com as comunidades, encontros de monitores. O MEB atinge atualmente doze Estados, com um total de 7.000 escolas e cerca de 200.000 alunos.

Deve-se mencionar, também, a experiência do SETER, que tem uma rede de 145 escolas de alfabetização pelo rádio.

TELEVISÃO - A Fundação João Batista do Amaral tem realizado do Rio uma experiência piloto de alfabetização e cultura popular pela televisão. Emprega para isto um método áudio-visual complementado por sketches teatrais, desafios de violeiros e jograis de poesia.

Em seu primeiro ciclo a TV - Escola atingiu 261 alunos inscritos, analfabetos adultos e, no período seguinte, já atingiu 1615 alunos, de diversas camadas sociais.